



# Anais da Assembléia

Nº 34

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 1992  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

As quinze horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessutti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, Tadeu Lúcio Machado, Carlos Simões, Dirceu Manfrinato, Ernani Pudell e Renato Adur (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 28

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a discussão e vota-

ção das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 09.04.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das Proposições constantes da Ordem do Dia, sejam apreciadas englobadamente. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 007/89, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 335/88 - de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 128/88, que estabelece e consolida normas de tratamento tributário pertinentes ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, instituído pela Lei nº 8216, de 31 de dezembro de 1985, mantido pelo Artigo 155, inciso I, letra "C", da Constituição Federal. Sem relatório.

OF/DTL/nº 262/88

Curitiba, 28 de dezembro de 1988

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 203/88, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, VETEI PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 335/88, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo diz respeito ao tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, tendo o veto parcial apostado atingido o Capítulo VII e seus arts. 9º e parágrafo, arts. 10 e 11 e as expressões "especialmente a Lei 8216, de 31.12.85 e os arts. 1º e 2º, da Lei nº 8297, de 08.05.86, a Lei nº 8436, de 24.12.86, a Lei nº 8472, de 30.03.87 e a Lei nº 8668, de 21.12.87",

constantes do art. 18.

O não acolhimento aos dispositivos e expressões acima mencionados decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Fazenda (Ofício nº 943/88), cujos termos são os seguintes:

"Sirvo-me do presente para encaminhar as seguintes sugestões de veto ao projeto de lei relativo ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

I - ao capítulo VII (arts. 9 a 11), no seu todo.

A multa moratória prevista neste capítulo (Parágrafo Único do art. 9º), além de inconstitucional (por tomar como parâmetros juros superiores ao permitido pela Constituição Federal), é tecnicamente inaplicável. A solução, pois, é vetar todo este capítulo, combinando com veto parcial vigente para o IPVA;

II - ao art. 18, a partir do termo "especialmente"(inclusive), para dar-lhe a seguinte redação "Art. 18 - Ficam revogadas as disposições em contrário".

Esta proposta de veto visa manter a vigência de dispositivos que não conflitam com a lei ora sancionada, especialmente os relativos ao sistema de penalidades hoje vigente, solução esta totalmente compatível com o disposto no § 5º, do art. 34, das Disposições Transitórias da Constituição Federal/88."

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões de veto submeto à elevada apreciação dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ARY VELOSO QUEIROZ

Governador do Estado, em exercício

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 008/89, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 172/88 - de autoria do Deputado HAROLDO FERREIRA, que doa ao Município de Francisco Beltrão o lote urbano sob número 2 (dois), da Quadra nº 181 (cento e oitenta e um), situado naquela municipalidade, 1ª Circunscrição, com os limites que especifica, objetivando a construção da Câmara Municipal daquele Município. Sem relatório.

OF/DTL/nº 001/89

Curitiba, 09 de janeiro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 180/88, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 172/88, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos

adiante expostos.

Objetiva o autógrafo doar ao Município de Francisco Beltrão o lote urbano sob número 2, da quadra nº 181, com os limites e confrontações que especifica, situado na sede do referido Município.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre de informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Administração, as quais esclarecem o fato de o imóvel ter sido havido pelo Estado com destinação específica para a construção de residências de Juizes de Direito e, por isso, a hipótese da doação que, neste caso, face à redação do art. 1º, tem cunho obrigatório, levaria a uma situação de efeitos imediatos e irreversíveis, quando está a merecer estudos conjuntos dos Poderes Executivo e Judiciário, impossíveis de serem realizados a curto prazo.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

## PROJETO DE LEI Nº 172/88

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica doado ao Município de Francisco Beltrão lote urbano sob nº 2 (dois) da Quadra nº 181 (cento e oitenta e um), situado naquela cidade, 1ª Circunscrição, com os limites e confrontações seguintes: ao Nordeste pela rua Otaviano Teixeira dos Santos, confronta com a quadra nº 176. Ao Sudeste, por uma linha seca, confronta com o lote nº 4 da mesma quadra. Ao Sudoeste, por uma linha seca confronta com o lote nº 1 da mesma quadra. Ao Noroeste, por uma linha seca, confronta com a rua Tenente Camargo, confronta com a quadra nº 180.

Parágrafo Único - O terreno objeto desta doação destina-se à construção da Câmara Municipal daquela Cidade.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.11.88

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Francisco Beltrão tem urgente necessidade de construir a sua nova Câmara a fim de proporcionar melhores condições de trabalho aos representantes

de seu povo.

Essa medida beneficiará toda população daquele Município, dada a proximidade do Prédio da Prefeitura Municipal, o que facilitará e agilizará os trabalhos que envolvem os dois Poderes.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Colegas e a Sanção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, levando-se em consideração que o referido imóvel pertencia ao Patrimônio de Francisco Beltrão, tendo sido doado ao Estado, em 1971, conforme Lei nº 357/71, para abrigar a residência de Juizes de Direito daquela Comarca, o que não se concretizou.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 011/89 - Veto Parcial Aposto ao Projeto de Lei nº 345/88 - de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 131/88, que dispõe sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (I.C.M.S.). Sem Relatório.

OF/DTL/Nº 04/89

Curitiba, 26 de janeiro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 003/89, dessa Presidência, e levar ao conhecimento de Vossa Excelência que usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 345/88, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, face às razões adiante expostas.

A proposição trata da instituição, com base no art. 155, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal, do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), atingindo os vetos, no autógrafo, os seguintes dispositivos: § 4º do art. 3º, no qual se define como estabelecimento destinatário de trigo importado sob o regime de monopólio do Banco do Brasil S/A, o dessa entidade, situado no Distrito Federal, - e isso para os efeitos previstos no inciso I do art. 3º do Projeto, ou seja, para a caracterização do fato gerador do imposto, que seria então destinado ao Distrito Federal; a expressão "for" do inciso II do art. 9º; a expressão "os" da parte final da cabeça do inciso II do art. 23; e as expressões "café cru em grão", "trigo em grão" e "soja", do item 2, II do art. 23, que estabelece para esses produtos a alíquota relativa de 12% (doze por cento).

A negativa de sanção aos dispositivos

e expressões mencionados mereceu do Senhor Secretário de Estado da Fazenda ponderações a mim formuladas através do Ofício nº 037/89-GAB, de 19 de janeiro de 1989.

No tocante ao veto sugerido pelo Senhor Secretário ao § 4º do art. 3º, foi por ele dito, no expediente referido, que:

"Tanto o Setor Público quanto o privado tem interesse na supressão deste dispositivo. Na discussão em torno da matéria houve consenso entre a Secretaria da Fazenda, lideranças empresariais e Bloco Agropecuário de Parlamentares Estaduais no sentido de que o referido dispositivo seria suprimido. Até porque mantê-la no texto seria inócuo, pois o Paraná não consome trigo importado. E ademais atribuir todo ICM sobre o trigo importado ao Distrito Federal, ainda que o destino desse produto seja outro Estado, não faz sentido".

Com respeito ao veto aposto à expressão "for" do inciso II do art. 9º, justifica-se mesmo pelo fato de ela ali constar em demasia, permanecendo o texto, embora com essa supressão, no seu sentido original. Assim também em relação à supressão da expressão "os" da parte final da cabeça do inciso II do art. 23.

Já a negativa de sanção às expressões "café cru em grão", "trigo em grão" e "soja" do item 2 do inciso II do art. 23 do autógrafo, foi justificada pelo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, no ofício 037/89-GAB, ao afirmar que:

"por consenso entre os setores públicos Privado e Parlamentares, convencionou-se que o trigo, soja e café constariam da lista dos produtos sujeitos à alíquota de 12% mas seriam objeto de proposta de veto, ou seja, teriam tributação normal (17%). O interesse público justifica esta proposta de veto pois reduzir a tributação de tais produtos - itens importantes da receita tributária - implicaria em comprometer a situação financeira do Estado, notadamente, porque, o Banco do Brasil paga com o ICM de todo o trigo comercializado no Estado com alíquota de 17%. Por que reduzir para 12%? Por que abrir mão da receita?"

Acrescente-se, ainda, mais uma razão de ordem técnica: os semi-elaborados exportáveis, derivados da soja e do café contam hoje com estorno (recolhimento) do ICM em índices elevados, logo, incluí-los no rol dos produtos sujeitos à alíquota de 12% implicaria em perda da receita tributária também nesses itens, o que seria injustificável, face o atual quadro da situação econômico-financeira do Estado".

Esses os motivos que me levaram aos vetos parciais apostos ao Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada apreciação dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS  
Governador do Estado

OF/DTL/Nº 10/89

Curitiba, 26 de janeiro de 1989.

Senhor Presidente.

Em aditamento ao contido no Ofício DTL/nº 04/89, desta mesma data, comunico a Vossa Excelência que também vetei, no Projeto de Lei nº 345/88, por serem contrárias ao interesse público, as expressões "7.783, de 16.12.83" do seu art. 75, justificando-se a negativa de sanção a essa referência legal pelo fato de não haver correspondência correta entre o número da lei referida e a data que a ela, na proposição, se atribuiu. Com o veto assim apositado, evitar-se-á qualquer dúvida de interpretação para futura aplicação da Lei decorrente do Projeto 345/88.

Esses os motivos que me levaram ao veto ora indicado, cujas razões submeto também à elevada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS  
Governador do Estado

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, ontem na Sessão Extraordinária, levantamos a Questão de Ordem referente ao art. nº 215 do Regimento Interno e hoje, novamente, temos na Sessão Extraordinária, três Vetos, três Proposições de Veto, a serem apreciados, que são do ano de 1989.

No nosso Regimento, Artigo nº 215 - já fizemos isto ontem - diz que após 10 dias o Veto chegando à Assembléia, ele deverá ser apreciado pelas Comissões, não o sendo feito, deverá ser colocado na Ordem do Dia. No Artigo 28 da antiga Constituição Estadual, quando ainda esses Vetos foram apositos e ainda em vigência a Constituição Estadual, dizia no art. nº 28 que: "Seriam considerados mantidos os Vetos apreciados pela Assembléia Legislativa no prazo de 45 dias do seu recebimento". Isto na antiga Constituição do Estado, quando ainda esses Vetos estavam sendo apositos.

Na nossa atual Constituição, novamente se refere a esta questão e o nosso Regi-

mento Interno também diz que no prazo de 30 dias deveriam ter sido apreciados estes Vetos. Nós entendemos que há inúmeros Vetos, recentes, apositos pelo Senhor Governador em vários Projetos - já desta nossa legislatura - e que esses Vetos não estão sendo colocados para votação. Estamos votando Vetos, que na nossa avaliação são inoportunos, porque já estão sem validade nenhuma, em função de já perderem o seu prazo ou até de leis que já não tem mais nenhuma razão de votarmos.

Nós queremos levantar esta Questão de Ordem e dizer do nosso protesto, e sendo assim, nós vamos nos abster, vamos votar em branco, porque entendemos que a Mesa não está encaminhando corretamente estes Vetos que aqui estão, que no nosso entendimento já não tem mais procedência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Matéria vencida decidida pelo Presidente na Sessão de ontem.

Segue-se a Sessão.

Chamada nominal dos Senhores Deputados para votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, para concluir.

O Presidente, na Sessão de ontem, não nos respondeu a Questão de Ordem.

O SR. 1º SECRETARIO (João Arruda) - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Designo os Senhores Deputados Orlando Pessuti, Dobrandino da Silva e José Arthur Ritti para comporem a Comissão Escrutinadora.

(É composta a Comissão)

Quarenta e três (43) dos Senhores Deputados votaram.

Vinte e seis (26) dos Senhores Deputados votaram pela manutenção do Veto.

Nove (09) dos Senhores Deputados votaram pela rejeição do Veto.

Oito (08) dos Senhores Deputados votaram em branco.

Ficam mantidos os Vetos.

Não haverá Sessão Extraordinária na segunda-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.